



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CAPADR	PL 3415/2015	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Agricultor Familiar no Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer do Relator, Dep. Remídio Monai (PR-RR), pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição da Emenda da CMADS nº 1, da Emenda da CMADS nº 2, da Emenda da CMADS nº 3, da Emenda da CMADS nº 4, e da Emenda da CMADS nº 5.	CFT
CAPADR	PL 7678/2017	Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para permitir que produtos extrativos de origem animal recebam a subvenção econômica de que trata essa Lei. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação.	CFT
CCJC	PDC 766/2017	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 1º de dezembro de 2015. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	24/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Júlio Delgado (PSB-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.	
CCJC	PDC 812/2017	Aprova o Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega em Matéria Aduaneira, assinado em Oslo, em 19 de dezembro de 2012. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	24/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.	
CCJC	PL 2666/2000	Altera o art. 46 da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, para permitir, no restabelecimento da sociedade conjugal, a escolha de novo regime de bens. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	24/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.	



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CCJC	PL 6380/2009	Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para prever a possibilidade de decretação da indisponibilidade de bens quando o investigado ou acusado estiver foragido. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.
CCJC	PL 7118/2010	Altera a o Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que dispõe sobre o Código Penal Brasileiro. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Paulo Magalhães (PSD-BA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa deste, com emenda, e da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família; e, no mérito, pela aprovação de ambas as proposições.
CCJC	PL 2229/2011	Confere ao Município de Marília, no Estado de São Paulo, o título de "Capital Nacional do Alimento". (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Marcos Rogério (PDT-RO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.
CCJC	PL 3023/2011	Denomina Marcelino Chiarello a Rodovia BR-282, trecho de acesso a Chapecó (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Maria do Rosário (PT-RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL 3.023/2011, do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes e do Substitutivo da Comissão de Cultura.



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CCJC	PL 1993/2015	Dispõe sobre a dispensa de revista dos portadores de próteses metálicas por portas magnéticas ou dispositivos de segurança semelhantes. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.993/2015; dos Projetos de Lei nºs 4.911/2016 e 6.296/2016, apensados; do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e do Substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
CCJC	PL 2530/2015	Dispõe sobre os delitos de homicídio e de lesão corporal praticados em face de guarda municipal ou de agente de trânsito, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Marcos Rogério (DEM-RO), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e rejeição do PL 6929/2017, apensado.
CCJC	PL 6580/2016	Altera o § 5º do art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para destinar 30% (trinta por cento) do produto arrecadado com alienação mediante licitação de mercadorias apreendidas a instituições públicas de ensino básico. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	24/04/2018	Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Subtenente Gonzaga. Apresentaram votos em separado os Deputados Major Olimpio, Gilberto Nascimento e Subtenente Gonzaga. Parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do PL 6589/2016, apensado.
CCJC	PL 6749/2016	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar de forma mais gravosa os crimes de lesão corporal, contra a honra, ameaça e desacato, quando cometidos contra médicos e demais profissionais da saúde no exercício de sua profissão. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e do PL 7269/2017, apensado, com substitutivo.



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CCJC	PL 7064/2017	Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Betinho Gomes (PSDB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 7685/2017 e do PL 2615/2015, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, na forma da subemenda substitutiva.
CCJC	PL 7204/2017	Dispõe sobre a prática do naturismo. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	24/04/2018	Aprovado o Parecer, contra o voto do Deputado Marcos Rogério. Apresentou voto em separado o Deputado Elizeu Dionizio. Parecer do Relator, Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.
CCJC	PL 8932/2017	Inclui rodovia de ligação no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.
CCJC	PLP 365/2017	Acrescenta § 4º ao art. 7º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para dispor sobre a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre os serviços prestados por agências de turismo. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	24/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Tadeu Alencar (PSB-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda de redação.



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CDC	PFC 150/2017	Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle visando a identificar se a evolução dos preços das passagens aéreas, após a entrada em vigência da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, que permitiu a cobrança em separado da bagagem despachada pelo passageiro, ocorreu em benefício do consumidor ou, ao contrário, implicou aumento de gastos, em detrimento dos passageiros. (Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões)	25/04/2018 Aprovado o Relatório Prévio com Complementação de Voto. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Rodrigo Martins (PSB-PI), pela aprovação.	
CDC	PL 46/2015	Ficam as empresas fabricantes de bebidas energéticas obrigadas a inserir nos rótulos e embalagens a informação "A mistura com bebida alcoólica pode causar doenças do fígado". (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Rodrigo Martins e Ivan Valente, apresentou voto em separado o Deputado Rodrigo Martins. Parecer do Relator, Dep. Márcio Marinho (PRB-BA), pela rejeição.	CCJC
CDC	PL 7130/2017	Altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para dispor sobre a reserva de assentos na aquisição de passagens aéreas. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Martins (PSB-PI), pela rejeição.	CVT
CDC	PL 7773/2017	Dispõe sobre a obrigatoriedade de cinemas, teatros, estádios, casas de shows e similares permitirem o consumo de bebidas e alimentos. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), pela aprovação do PL 7773/2017 e do PL 9184/2017, apensado, com substitutivo.	CCJC
CDC	PL 8652/2017	Veda o repasse pela cobrança do furto de energia aos consumidores. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Rodrigo Martins (PSB-PI), pela aprovação, com substitutivo.	CME



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CDC	PL 8789/2017	Institui o "Dia Nacional do Cliente", a ser comemorado anualmente no dia 15 de setembro. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Jose Stédile, Rodrigo Martins e André Amaral. Parecer do Relator, Dep. José Carlos Araújo (PR-BA), pela aprovação.	CCJC
CDEICS	PL 942/2015	Dispõe sobre a cobrança da taxa de estacionamento por shoppings centers. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela rejeição deste, do PL 2.067/2015, do PL 2.168/2015, do PL 3.222/2015, do PL 4.616/2016, do PL 6.010/2016, e do PL 6.207/2016, apensados, e pela aprovação do PL 7.172/2017, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Defesa do Consumidor - CDC.	CCJC
CDEICS	PL 5491/2016	Modifica a Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, para permitir a dedução de valores gastos com programas de alimentação do trabalhador por pessoas jurídicas tributadas na sistemática do lucro presumido e Simples Nacional. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Helder Salomão (PT-ES), pela aprovação, com emendas.	CFT
CDEICS	PL 7563/2017	Institui regime especial de tributação aplicável a pessoa jurídica que contrate empregado pertencente a família beneficiária do Programa Bolsa Família. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Helder Salomão (PT-ES), pela aprovação.	CFT
CDEICS	PL 7946/2017	Acrescenta artigo à Lei nº 4.503, de 30 de novembro de 1964, para determinar a cassação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresas que façam uso direto ou indireto de trabalho escravo. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Aureo (SD-RJ), pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP.	CCJC



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão	
CE	PL 2831/2015	Altera a Lei nº 11.124, de 2005, e a Lei nº 11.977, de 2009, para incluir a obrigatoriedade de instalação de biblioteca pública e salas de estudos nos projetos de conjuntos habitacionais financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse social (FNHIS) ou implantados no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU). (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Pedro Fernandes (PTB-MA), pela aprovação deste e do PL 6182/2016, apensado, com substitutivo.	CDU
CFFC	PFC 171/2014	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização, a fim de analisar as contas dos recursos federais e municipais destinados para a Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (FUVS), sediada no município de Pouso Alegre-MG. (Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões)	25/04/2018	Aprovado o Relatório Prévio. Relatório Prévio, Dep. Jorge Solla (PT-BA), pela implementação.	
CFFC	PFC 61/2015	Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize fiscalização no contrato firmado entre a empresa Kroll Advisory Solution e a Câmara dos Deputados para atender à CPI da PETROBRAS. (Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões)	25/04/2018	Aprovado o Relatório Prévio Relatório Prévio, Dep. Nilton Capixaba (PTB-RO), pela implementação.	
CFT	PDC 859/2017	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Eduardo Cury (PSDB-SP), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.	



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão	
CFT	PL 3866/2012	Dispõe sobre a proibição de cobrança, pelas instituições educacionais, de taxas de emissão e registro de diplomas e outros documentos comprobatórios acadêmicos e escolares. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. João Paulo Kleinübing (PSD-SC), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei 3866/2012, principal, dos PL's 4068/2012, 5480/2013, apensados e do Substitutivo da Comissão de Educação; e, no mérito, pela aprovação do PL 3866/2012, dos PL's 4068/2012, 5480/2013, apensados, e do Substitutivo da CE com Subemenda.	CCJC
CFT	PL 3107/2015	Obriga as sociedades seguradoras a notificar o segurado sobre o término do contrato de seguro de automóvel. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Lucas Vergilio (SD-GO), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição.	CCJC
CFT	PL 7609/2017	Altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que "dispõe sobre as Sociedades por Ações", para ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do PL 7609/17 e da Emenda Adotada pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e, no mérito, pela aprovação, com emenda.	CCJC
CFT	PL 7965/2017	Altera o art. 38 do Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Yeda Crusius (PSDB-RS), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária.	CCJC



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CFT	PLP 382/2014	Revoga o parágrafo único do art. 23 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Izalci Lucas (PSDB-DF), pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 382/2014; e, no mérito, pela aprovação do PLP 382/2014, com substitutivo.	CCJC
CINDRA	PL 4131/2015	Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para fins de conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal e das regiões abrangidas pelo Cerrado, pela manutenção de áreas cobertas por florestas. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Silas Câmara (PRB-AM), pela aprovação.	CMADS
CINDRA	PL 4794/2016	Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Angelim (PT-AC), pela rejeição.	CMADS
CLP	SUG 121/2017 CLP	Sugere a realização de audiência pública para debater uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. (Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões)	25/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação, na forma do Requerimento apresentado.	
CMADS	PL 2086/2011	Dispõe sobre a proibição de perseguições seguidas de laçadas e derrubadas de animal, em rodeios ou eventos similares. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer do Deputado Ricardo Izar, pela aprovação do Projeto. Parecer do Relator, Dep. Ricardo Izar (PP-SP), pela aprovação.	CCJC



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão	
CMADS	PL 5262/2016	Altera dispositivos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado o Parecer por unanimidade. Apresentou voto em separado o Deputado Josué Bengtson. Parecer do Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP), pela aprovação, com emenda.	CCJC
CMADS	PLP 436/2014	Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, que "fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981", para tornar a caça, a apanha e o manejo de fauna ações administrativas dos Estados. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	25/04/2018	Aprovado o Parecer por unanimidade. Apresentou voto em separado o Deputado Alceu Moreira. Parecer do Relator, Dep. Nilto Tatto (PT-SP), pela rejeição deste.	CCJC
CME	PL 7506/2014	Altera a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, para estabelecer níveis de classificação de eficiência energética compatíveis com os padrões internacionais mais exigentes. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Fabio Garcia (S.PART.-MT), pela rejeição.	CCJC
CME	PL 2195/2015	Institui o Programa Nacional para o Fortalecimento da Mineração de Pequeno Porte (PRONAMP), e cria o Fundo de Apoio à Mineração de Pequeno Porte (FAMP). (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por unanimidade o Parecer com Complementação de Voto. Parecer, Dep. Carlos Andrade (PHS-RR), pela aprovação, com complementação de voto.	CFT



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CREDN	PL 5925/2016	Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, para determinar que a imposição de pena acessória conste expressamente da sentença. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Subtenente Gonzaga (PDT-MG), pela aprovação.	CCJC
CSSF	PL 1208/2011	Altera o art. 5º da Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria; e revoga o art. 12 da Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado o Parecer Vencedor do Dep. Mandetta. O parecer do Relator, Dep. Jorge Solla, passou a constituir Voto em Separado. Parecer Vencedor, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela rejeição do PL 1208/2011 e do PL 6987/2013, apensado.	CFT
CSSF	PL 4074/2015	Altera o art. 2º da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e o art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para vedar o uso de produto fumígeno derivado do tabaco em veículos automotores, públicos ou privados, quando neles esteja gestante, criança ou adolescente, e tipificar tal conduta como crime. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	25/04/2018 Aprovado o Parecer, com abstenção do Deputado Mandetta. Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação deste, do PL 3574/2015, do PL 3934/2015, do PL 9144/2017, e do PL 561/2015, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transporte - CVT.	CCJC
CSSF	PL 4545/2016	Reabre o prazo de adesão ao Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área de Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS e autoriza a inclusão de débitos para com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Hiran Gonçalves (PP-RR), pela aprovação, com emenda.	CFT



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer	Próxima Comissão
CSSF	PL 8669/2017	Institui o Dia Nacional da Síndrome Cornélica de Lange (CdLS). (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PHS-PR), pela aprovação.	CCJC
CSSF	PL 8808/2017	Institui o Dia Nacional de Conscientização e Enfrentamento à Fibromialgia. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Diego Garcia (PHS-PR), pela aprovação deste, e do PL 6295/2016, apensado, com substitutivo.	CCJC
CTASP	PL 4365/2016	Altera a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para garantir ao motorista profissional programas permanentes de medicina ocupacional para avaliação periódica de saúde. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer proferido em Plenário pelo Relator Substituto, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela aprovação.	CCJC
CTASP	PL 7085/2017	Cria o Cadastro Nacional de Condenados por Infração Disciplinar. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer, pela rejeição do Projeto 7085/2017. Parecer do Relator, Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE), pela rejeição.	CCJC
CTASP	PL 8046/2017	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 (que dispõe sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, e dá outras providências), para permitir a movimentação da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do trabalhador acometido de doença crônica degenerativa; a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências), para incluir as doenças crônicas degenerativas entre as que dão direito a inexistência de prazos de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez; a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 (que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de	25/04/2018 Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto, com emenda. As emendas apresentadas anteriormente foram retiradas pelo relator. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Cabo Sabino (AVANTE-CE), pela aprovação deste, com emenda.	CSSF



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

transporte coletivo interestadual), para estender esse benefício aos portadores de doenças crônico degenerativas; a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 (que altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências), para estender aos portadores de doenças crônico degenerativas o benefício da isenção do imposto de renda sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma; a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 (que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências) para incluir entre os isentos as pessoas portadoras de doenças crônico degenerativas; a Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991 (que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências) para estender a isenção do Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores imobiliários- IOF à pessoas com doenças crônico degenerativas;

(Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)

CVT	PL 3693/2012	Altera o art. 42 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Christiane de Souza Yared (PR-PR), pela aprovação deste e dos PLs 7.374/2017 e 8.236/2017, apensados, com substitutivo.	CCJC
CVT	PL 6098/2016	Inclui o artigo 140-A ao CTB a obrigatoriedade da sinalização de condutor novato no transito. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Elcione Barbalho (PMDB-PA), pela aprovação deste, e do PL 7502/2017, apensado, com substitutivo.	CCJC



Pareceres Aprovados no Período (de 24/04/2018 a 25/04/2018)

Comissão	Proposição	Ementa	Aprovação do Parecer		Próxima Comissão
CVT	PL 6349/2016	Altera a redação do arts. 68, e acrescenta art. 68-A, à Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências para a melhoria da acessibilidade e segurança dos pedestres. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Christiane de Souza Yared (PR-PR), pela rejeição.	CDU
CVT	PL 7587/2017	Concede aos veículos de carga que estiverem efetuando transporte de produto alimentício da cesta básica, no âmbito de novas concessões, isenção ou desconto no pagamento de pedágio em via do sistema rodoviário federal. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Mauro Lopes (PMDB-MG), pela rejeição.	CFT
CVT	PL 8028/2017	Altera dispositivo da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para isentar as pessoas idosas de se submeterem a teste do etilômetro. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Christiane de Souza Yared (PR-PR), pela rejeição.	CCJC
CVT	PL 8729/2017	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre iluminação em locais destinados à travessia de pedestres. (Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II)	25/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Jaime Martins (PROS-MG), pela aprovação.	CCJC
MESA	PRN 3/2017	Institui a Jornada Nacional de Controle Externo.	25/04/2018	Aprovado o Parecer. Parecer da Relatora, Dep. Mariana Carvalho (PSDB-RO), pela aprovação.	CCJC
PL979618	PL 9796/2018	Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio de Jovens. (Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário)	24/04/2018	Aprovado por Unanimidade o Parecer. Parecer do Relator, Dep. Bacelar (PODE-BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela aprovação deste, e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, no mérito, pela rejeição do PL 7148/2017, e do PL 2438/2015, apensados.	